

O Espelho do Racismo: Como as Escolas Reproduzem Desigualdades Raciais no Brasil

ODS (4 e 10)

Maria Carolina Santos Cendretti Rodrigues (Universidade de Taubaté)

Cesar Augusto Eugenio (Universidade de Taubaté)

Resumo

Esse artigo tem por objetivo traçar um panorama bibliográfico sobre o tema Práticas educativas para equidade: estratégias para o ensino de uma Matemática antirracista e encontra-se em consonância com os ODS 4 e ODS 10. Esse panorama faz parte de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação, Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas para Equidade, da Universidade de Taubaté. Tem ainda como objetivo, mapear o racismo implícito nas relações existentes dentro e fora da escola, bem como a necessidade de formação para o professor, no intuito de que ele seja protagonista da mudança de paradigma. Também será explorado os efeitos dessas desigualdades no ambiente escolar e como ele, ao invés de promover a inclusão, frequentemente perpetua práticas excludentes que reforçam a desigualdade racial. Por meio dessa revisão, pretende-se destacar a relevância de uma educação antirracista e o papel transformador que a escola pode e deve desempenhar. Para a realização deste estudo foram utilizados como base teórica, artigos e dissertações com assuntos referentes ao tema pesquisado. Foram estabelecidos descritores e, em seguida, realizadas as buscas em repositórios, tais como: dissertações de mestrado do MPE da Universidade de Taubaté (UNITAU); artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) bem como na plataforma Google Acadêmico. O recorte temporal utilizado nas buscas foi dos últimos cinco anos (2018 a 2023). Considerando a análise dos trabalhos selecionados concluímos que o tema racismo e suas diversas manifestações ainda é muito presente em nossa sociedade. Concluímos ainda que, entender e enfrentar essas manifestações requer uma abordagem que não apenas reconheça as condições históricas e sociais que fundamentam o racismo, mas também promova políticas públicas e práticas educacionais que busquem a equidade racial e a inclusão.

Palavras-chave: Racismo; Equidade; Educação antirracista; Formação de Professores.

Introdução

A escola, considerada um espaço de formação e desenvolvimento de cidadãos, reflete muitas das desigualdades presentes na sociedade. Embora seja um potente instrumento de justiça social, a educação muitas vezes reproduz e perpetua desigualdades existentes na sociedade. No Brasil, o racismo estrutural, profundamente enraizado nas condições históricas e sociais, revela-se não apenas em dados estatísticos, mas também nas práticas cotidianas de silenciamento e marginalização de estudantes negros. Historicamente, o Brasil carrega um legado de discriminação racial estrutural que se reflete nas instituições educacionais. A falta de representatividade, currículos que não contemplam a diversidade cultural e racial do país, e práticas pedagógicas que não levam em conta as realidades específicas dos alunos negros são alguns dos aspectos que contribuem para essa desigualdade.

Mesmo com a implementação de políticas afirmativas, como a lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira, as disparidades raciais continuam a afetar diretamente o desempenho e as oportunidades educacionais de crianças e jovens negros e pardos.

Programas de Ações Afirmativas são políticas de reparações e reconhecimento. Isto é, “conjuntos de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. Ações Afirmativas atendem ao determinado pelo Programa Nacional de Direitos Humanos, bem como a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil” (Brasil. MEC, 2004, p. 11).

Nas palavras de Garcia (2007), esses programas não se constituem de “‘privilégios’ e sim ‘direitos positivos’”. Para a autores eles constituem direitos legais e que asseguram o acesso à “educação, saúde, emprego em condições de igualdade entre brancos, negros e demais etnias” (Garcia, 2007, p. 21).

Outra política afirmativa de extrema importância para a correção da desigualdade educacional implementada em solo brasileiro, o sistema de cotas, foi instituído pela Lei nº 12.711 no ano de 2012 e busca corrigir desigualdades históricas, garantindo maior representação de estudantes negros, pardos, indígenas e de baixa renda nas universidades públicas. Além de democratizar o acesso ao ensino superior, as cotas atuam como ferramenta de transformação social, promovendo equidade e justiça em um cenário marcado pelo racismo estrutural.

Apesar de lentamente, essa prática tem se mostrado eficiente no aumento de ingressantes negros na educação superior. Porém ainda existe um longo caminho a ser percorrido em busca da equidade no ensino de todos.

Por mais que neguemos, o preconceito, em suas múltiplas formas, faz parte da construção da história brasileira. Dentre todas as suas versões, talvez uma das mais cruéis e silenciosas seja o preconceito racial que, por não ser reconhecido como algo intrínseco em nossa cultura, produz injustiças incontentáveis. Ao olharmos o desempenho de nossos estudantes percebemos um abismo entre as realidades de jovens brancos e não brancos. Verificamos que, talvez esses resultados sejam reflexo de que, ao estudante negro é negado o direito de receber educação de qualidade, contrariando o que juridicamente é garantido a todos os estudantes.

Este artigo trata de uma revisão bibliográfica sobre o tema “Práticas educativas para equidade: estratégias para o ensino de uma Matemática antirracista”, de total relevância para a formação de professores desejosos em implementar uma educação de qualidade e, principalmente, para equidade. Esse panorama faz parte de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação (MPE), Linha de Pesquisa Práticas Pedagógicas para Equidade, da Universidade de Taubaté. Tem como objetivo mapear o racismo implícito nas relações existentes dentro e fora da escola, bem como a necessidade de formação para o professor, no intuito de que ele seja sujeito de uma mudança de paradigma além de investigar quais pesquisas têm sido desenvolvidas sobre o tema.

Também será explorado os efeitos dessas desigualdades no ambiente escolar e como ele, ao invés de promover a inclusão, frequentemente perpetua práticas excludentes que reforçam a desigualdade racial. Por meio dessa revisão, pretende-se destacar a relevância de uma educação antirracista e o papel transformador que a escola pode e deve desempenhar.

Revisão da literatura

A falta de produção de biografias de pessoas escravizadas no Brasil, reflexo do racismo estrutural presente na sociedade, contribui para uma história eurocêntrica unilateral, sem evidenciar as lutas e vivências do povo. O ensino ainda está fortemente baseado nos valores culturais europeus, tornando difícil atender às

características multirraciais da população brasileira. O racismo e a discriminação estão interligados na formação das interações sociais dentro e fora do ambiente escolar.

[...] quando a sociedade não constrói formas, ações e políticas na tentativa de criar oportunidades iguais para negros e brancos [...] estamos contribuindo para a reprodução do racismo. É preciso ensinar para os(as) nossos(as) filhos(as), nossos alunos(as) e para as novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder foram, aos poucos, recebendo uma interpretação social e política que as enxerga como inferioridade (Gomes, 2019, p. 49)

Nesse cenário, é urgente que tratemos dessa temática em sala de aula, com vistas a diminuir padrões repetidamente realizados em nossa sociedade e refletidos na escola, espaço de vivência e convivência dos atores, ainda em formação dessa sociedade.

Para a realização deste estudo foram utilizados como base teórica, autores como Gomes (2003), Garcia (2007) e Ratsniak, Dias e Almeida (2002), entre outros, que discorrem sobre a temática do racismo e as diversas formas como ele é praticado nas instituições de ensino. Para Garcia:

As práticas educativas exercidas pelos negros não tiveram o mesmo tratamento daquelas desempenhadas pela “elite” branca brasileira, e quando o tiveram, mostraram-se impregnadas por uma visão eurocêntrica que coloca os negros ora como “coisa”, no sentido de mercadoria, ora como inferiores (calcada no racismo “científico”), ora como “iguais” (respaldada pelos ideais da Revolução Francesa) (Garcia, 2007, p. 18).

O Estatuto da Igualdade Racial, lei 12.288/10 e a lei 10.639/03, que torna obrigatória a inclusão da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo da Rede de Ensino, fazem parte do escopo da base teórica para esse estudo.

Também e principalmente, foram analisados artigos e dissertações com assuntos referentes ao tema pesquisado. Foram estabelecidos descritores e realizadas as buscas em alguns repositórios como dissertações de mestrado do MPE da Universidade de Taubaté (UNITAU); artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) bem como na plataforma Google Acadêmico. O recorte temporal utilizado nas buscas foi dos últimos cinco anos (de 2018 a 2023).

Método

Esse estudo bibliográfico foi realizado no Portal da CAPES, Google Acadêmico; SCIELO, e no banco de dissertações do Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté – MPE – UNITAU, nos procedimentos abaixo descritos.

No Google Acadêmico foram selecionados os descritores: “racismo na escola”, “professores” e “formação”, sem nenhum filtro para busca, obtendo-se 4910 resultados. Em seguida foram utilizados os seguintes critérios para seleção: “periódicos revisado por pares”, “período específico” (2018-2023 – 2810 resultados), “somente páginas em português” (2700 resultados) e, finalmente “apenas artigos de revisão”. Foram então encontrados 17 resultados, dos quais 2 estavam duplicados, 7 foram excluídos pois tratavam de assuntos irrelevantes à pesquisa. Restaram então 8 artigos e uma dissertação, incluída nesse panorama devido a relevância e pertinência a esta pesquisa.

Em seguida o tema foi pesquisado no Portal da Capes, inicialmente sendo colocado o descritor “racismo”, com os filtros de busca no título: é (exato), sendo obtido 3.325 resultados. A fim de refinar a busca foram incluídos os descritores “professores” e “formação” com os mesmos filtros da pesquisa anterior, com o total de 12 produções obtidas. Porém ao serem colocados os filtros “artigos”, “últimos 5 anos” e “revisados por pares” foi obtido apenas 1 resultado. Realizamos uma nova pesquisa com o descritor “racismo”, com os filtros de busca no título é (exato), e os descritores “professores” e “formação” com os filtros qualquer campo e é (exato). Nessa nova pesquisa foram obtidos 13 resultados. Ao filtrar por tempo específico e “em português” chegamos a 4 resultados, dos quais 3 foram excluídos pois se tratava de assuntos irrelevantes à pesquisa. Restou apenas 1 artigo.

No site do MPE – UNITAU não é possível realizar a busca por filtros. A pesquisa foi feita no banco de dissertações dos anos de 2018 a 2023. Ao olharmos em todas as dissertações do período citado foram encontradas 3 dissertações relacionados ao tema racismo, porém apenas uma foi selecionada por estar relacionada ao tema de pesquisa.

Ao realizarmos a pesquisa na Biblioteca Eletrônica Científica Online foram encontrados 18 resultados dos quais 14 foram excluídos pois tratavam de assuntos irrelevantes à pesquisa. Restando assim 3 artigos.

As produções para análise foram selecionadas por sua relevância com o tema ser pesquisado com a proposta de verificar os objetivos, a metodologia empregada e os resultados alcançados em cada um. Os resultados são apresentados a seguir.

Resultados e Discussão

Os estudos analisados optaram por utilizar revisões sistemáticas, integrativa ou bibliográfica da literatura existente, pesquisas empírica e qualitativa, entrevistas semiestruturadas e questionários para coleta de dados.

Iniciando as análises, foram observadas todas as palavras-chave das produções selecionadas. As palavras mais frequentes foram: racismo e escola (4 vezes), educação antirracista (3 vezes), formação inicial, educação básica e educação (2 vezes). As demais palavras apareceram uma vez cada. Essas palavras foram replicadas em seu quantitativo no aplicativo PowerPoint, sendo transformadas em uma nuvem de palavras. Importante verificar que a palavra mais destacada na figura é educação. Mesmo que, individualmente, a palavra não tenha sido a com maior número de aparições, ela compõe outros termos como educação antirracista e educação básica. Esse fato demonstra que o foco principal dessa análise é racismo relacionado à educação e aos ambientes escolares. O resultado desta análise está representado na Figura 1.

Figura 1:

Nuvem de
palavras



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os artigos encontrados são analisados e discutidos a seguir.

Análise dos artigos e dissertação encontrados no GOOGLE ACADÊMICO

Santos, Pereira e Costa (2022), no artigo intitulado “A racialização do fracasso escolar na educação básica brasileira: revisão bibliográfica (2010-2020)” tiveram por objetivo refletir sobre pesquisas educacionais que tratam do fracasso escolar o que, segundo os autores, constituem um dos fatos geradores de “relações escolares fragilizadas”, onde a violência, o desinteresse e abandono escolar se proliferam, além de verificar a relação existente entre esse fracasso e os grupos étnicos a que se referem os protagonistas do mesmo. Nesse artigo foram utilizadas duas direções metodológicas: uma revisão no formato e aplicação dessas pesquisas e, em seguida, foi realizado um comparativo entre as pesquisas mais atuais e as queixas mais observadas no cotidiano escolar. Após estudo do material pesquisado, os autores concluíram ser de extrema relevância o uso da Psicologia Escolar no campo de pesquisas referentes ao fracasso escolar, assim como a percepção de que esses resultados não podem ser interpretados somente pelos números. As variáveis étnico-raciais e sociais precisam ser o centro dessas discussões.

No artigo, “Dimensões dos preconceitos e estigmas na Educação: uma revisão sistemática” de autoria de Carvalho e Ximenes (2022) o objetivo foi analisar a forma com que o preconceito, em suas mais diversas formas implicam na educação e como isso repercuti nas publicações científicas. Como metodologia os autores utilizaram uma revisão sistemática dos artigos pesquisados, artigos esses que se aproximassem da temática do preconceito ou estigma. Os artigos pesquisados eram relativos à Educação e Psicologia, pela relevância do tema na construção da autoestima dos alunos. Para os autores, os resultados mostram que o “automatismo de crenças” reforçam os estereótipos há muito presentes nas relações. Os autores concluíram que as relações são fortemente afetadas, chegando a causar afastamento dos que praticam o racismo e silenciamento e angústia de quem o recebe. Esse quadro pode levar a comportamentos agressivos, que podem gerar menor apoio de quem deveria os defender, transformando em um ciclo sem perspectivas de mudança. Os autores colocam que o professor deve ser continuamente formado pra lidar com o multiculturalismo e para uma educação com equidade. Uma análise realizada, faz-se muito importante ser citada aqui. Os

autores separaram em quatro dimensões os objetos de estudo, preconceito e estigma, sendo elas: cognitiva, afetiva, comportamental e institucional. Ao considerar essas quatro dimensões, os autores concluíram que elas “se articulam à perspectiva da Educação intercultural crítica e decolonial que busca desvelar as opressões silenciadas e naturalizadas na Educação e no cotidiano [...]” (Carvalho e Ximenes, 2022, p. 9).

Silva (2018), no artigo “Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares” objetivou estudar as pesquisas acadêmicas realizadas no Brasil entre 2003 e 2014, focadas na relação entre educação e relações étnico-raciais. Esse estudo se baseou em artigos, dissertações e teses produzidas em instituições educacionais. Nesse trabalho foram analisados 38 artigos, 7 teses e 51 dissertações relacionadas ao tema citado. Diversos dos artigos avaliados tratavam de “possibilidades para a educação crítica e antirracista, com vistas à construção de uma sociedade mais humanitária e justa” (Silva, 2018, p. 132). Ao realizar esse estudo, o autor identificou que, o maior avanço observado foi o reconhecimento das manifestações e consequências do racismo e das situações discriminatórias vivenciadas pelos alunos negros. Importante também destacar que o autor, baseado em suas análises, destaca a necessidade urgente de que os cursos de licenciatura e pedagogia contem com uma formação que auxiliem os professores (futuros ou já atuantes) a se posicionarem frente ao racismo e saibam como combatê-lo, através de “instrumentos pedagógicos”. Acrescentar ao currículo pedagógico o diálogo entre as várias culturas representadas na sociedade é necessário e urgente, porém configura um grande desafio para a educação. Por fim, o autor conclui que o artigo foi construído com o objetivo de encontrar respostas ao desafio da implementação de uma educação para as relações étnico-raciais.

O artigo “Estratégias de Enfrentamento do Racismo na Escola: Uma Revisão Integrativa”, de Carvalho e França, (2019) traz como objetivo realizar uma revisão de produções realizadas acerca das estratégias para o enfrentamento do racismo na escola. Essa análise foi composta por 20 produções, nos quais a lei 10.639/2003 e formação docente foram os temas mais recorrentes. Como estratégia para o combate a situações racistas enfrentadas no ambiente escolar, a maioria dos artigos analisados citam a importância dessa lei. A revisão integrativa foi o método escolhido por ser uma forma de integrar informações sobre estudos realizados referentes a um

determinado tema e sintetizá-los de forma a contribuir com o referido tema. As autoras optaram por não delimitar o período de busca, sendo selecionados os que traziam “uma proposta de combate ou enfrentamento às questões étnico-raciais ligadas à escola” (Carvalho e França, 2019 p. 155). Como resultado as autoras concluíram que ainda há muito o que se avançar em termos de produções sobre o racismo na escola e estratégias para o seu enfrentamento. Ressaltam ainda a importância de programas de incentivo direcionados à produção de conteúdo que contribua com o combate ao racismo na educação, pois, segundo elas, dos 324 artigos encontrados, apenas 34 tratavam do racismo relacionado ao ambiente escolar. Cabe também ressaltar que, segundo as autoras, muito pouco tem se produzido ou analisado na Educação Infantil sobre o tema.

Dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos re-educar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às(aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso, precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil (Gomes, 2019, p. 49).

Ferreira (2022), no artigo “História da educação, relações étnico-raciais e formação continuada de professores: desafios e possibilidades” objetivou-se refletir sobre a aplicação da Lei 10.639/03 e a falta de abordagem desse conteúdo nos planejamentos escolares, bem como a interferência que a inércia frente a essas questões influencia os relacionamentos dentro do ambiente escolar. O artigo ocupa-se em discutir experiências bem-sucedidas, realizadas em nível de pós-graduação *latusensu*. O autor conclui que já passa da hora das instituições responsáveis pela formação de docentes formular conteúdos que busquem instrumentalizar os futuros professores ao enfrentamento do racismo e à criação de “de uma cultura de respeito e tolerância aos diferentes grupos étnicos que se fazem presentes também no interior do espaço escolar” (Ferreira, 2022, p. 63).

No artigo “História e Historiografia dos Saberes Subalternos: Análise Introdutória dos Avanços e Desafios Vivenciados pela População Negra em Diferentes Contextos e Temporalidades”, de autoria de Luzinete Santos da Silva (2022), observamos como principal objetivo uma análise da história vivenciada pela população negra no Brasil. A autora faz uma crítica enfática a falta de produção de biografias de pessoas escravizadas em nosso país. Nesse sentido, a história

contada e ensinada torna-se unilateralmente eurocêntrica, sem que as lutas e vivências de um povo seja evidenciada. Os sujeitos subalternizados têm suas histórias desqualificadas. Uma importante constatação da autora é que entre os séculos XVIII e XX, os colonizadores usavam da sabedoria do povo indígena e do povo negro para garantia de sua sobrevivência. Porém, ao final do século XX esses conhecimentos passam a ser indesejados, pois não estão de acordo com os interesses do capital. Mesmo após a implementação das Leis 10.639/03 e 11. 645/08 e dos avanços trazidos por elas, ainda observamos a grande presença de situações racistas no ambiente escolar, deixando evidente o grande abismo de desigualdades que separam o aluno branco do aluno negro. A autora finaliza então o artigo concluindo que um caminho para a mudança desse cenário é a “tradução e publicação de autobiografias de escravizados e libertos” (Silva, 2022, p. 95). O artigo afirma ainda que, mesmo com os avanços conquistados, ainda há muitos desafios para serem superados no âmbito da “cultura escolar tradicional, que continua alicerçada por normas celetistas, classificatórias, discriminatórias, excludentes e eurocêntricas”. Nas palavras da autora, é preciso “planejar e praticar ações para que a história e cultura de todos os povos sejam tratadas com respeito, dignidade e igualdade” (Silva, 2022, p. 96).

Santos e França (2021), analisam no artigo “Intervenções para Redução do Preconceito Racial na Escola: Uma Revisão Sistemática”, as ações implementadas em escolas com o objetivo de diminuir o preconceito racial, em nível nacional e internacional no período de 2009 a 2019. As autoras objetivam ainda uma análise de como essas ações têm refletido no cotidiano das escolas e sua eficácia. Nesse artigo, usou-se como método uma revisão sistemática da literatura existente, por meio de uma pesquisa em artigos científicos. Ao realizar essa pesquisa, as autoras se depararam com uma quantidade muito pequena de produções a cerca desse tema e todos encontrados no Brasil são provenientes da área da Educação. Esses artigos pouco debatem sobre formas de combate ao racismo, sendo em sua maioria, apenas uma análise sobre a implementação da Lei 10.639/2003. As autoras chamam atenção para a necessidade de haver uma mobilização por parte da Psicologia Social Brasileira no intuito de serem pensados caminhos para a redução do preconceito. Um fato extremamente relevante percebido por Santos e França foi que, as manifestações preconceituosas das crianças mudam conforme a sua idade.

Enquanto as crianças menores apresentam atitudes mais explícitas, os maiores demonstram já ter aprendido que a sociedade não aprova esse tipo de atitude, mesmo não condenando o racismo em si.

Não é que a criança deixa de ser preconceituosa. O que acontece é a internalização e a aprendizagem de normas sociais antirracistas que desaprovam formas explícitas de preconceito na maioria das sociedades (Santos e França, 2021, p. 12).

Por fim, as autoras concluem que o caminho para a redução do preconceito passa por uma Educação Multicultural, onde a diversidade cultural se torna parte integrante do cotidiano pedagógico.

Realizar uma discussão sobre as relações étnico-raciais na educação e no ambiente escolar foi o objetivo de Vieira, Souza e Ferrari (2019) no artigo intitulado “Relações Étnico-Raciais na Educação e na Escola: Uma Revisão”. Para esse estudo, foi utilizada uma revisão bibliográfica não sistemática, dividida em três tópicos: a representação de afrodescendentes e indígenas nos livros didáticos; o papel do Estado nas relações étnico-raciais; e a abordagem étnico-racial nas escolas. No artigo, os autores reconhecem que já houve avanços significativos na promoção de políticas de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar, porém esses avanços não se efetivaram em uma abordagem pedagógica multicultural, um dos caminhos apontado pelos autores para a criação de um ambiente antirracista. Essa prática, segundo os autores precisa estar presente desde os primeiros anos da vida escolar da criança, já na Educação Infantil.

Os autores Cavalleiro (2005) e Dias (2012) citados no artigo constataam que o sofrimento de situações discriminatórias por parte de uma parcela da população pode produzir alunos com atitudes mais agressivas, que não possuem o sentimento de pertencimento, ou ainda apáticos ou extremamente tímidos e calados. Nesse contexto, refletir sobre novas abordagens pautadas na educação multicultural se faz urgente, estimulando o conhecimento e aprofundamento em obras produzidas por negros e/ou indígenas. Rever os currículos, as abordagens dos livros didáticos, bem como a forma de ensinar a história do nosso país são estratégias apontadas no artigo buscando um enfrentamento mais efetivo do racismo, e a promoção de uma cultura antirracista.

Finalmente, passo a analisar a dissertação encontrada nessa plataforma, de autoria de Azoilda Loretto da Trindade, intitulada “O racismo no cotidiano escolar”. Importante destacar que essa tese foi escrita em 1994, e, portanto, não estaria no escopo das produções analisadas nesse panorama. Porém devido à relevância e constatação de que, desde a publicação desse trabalho, poucos foram os avanços em direção a uma escola menos racista e mais inclusiva, a inclusão do trabalho nesse estudo é de suma importância. Segundo Trindade (1994), partindo do reconhecimento da existência comprovada do racismo na educação, seu objetivo é entender de que forma ele é gerado e perpetuado no ambiente escolar do dia a dia. Apesar de ter seu foco principal na prática docente a autora leva em consideração o caráter formativo e reprodutivo de preconceitos, de toda a comunidade escolar. Em sua tese, a autora aponta para o que é racismo, conceito de raças e ideologia racial, citando especificamente o racismo no Brasil. Igualmente importante pontuar que nesse estudo a autora relata que segundo a crença da democracia racial existente em nosso país, criou-se a impressão de que os negros permaneceram inativos diante de todos os eventos cruéis, diante dos massacres, discriminações e violências. É ponto essencial para autora desmistificar essa ideia e pontuar que: “Nossa história está recheada de exemplos de lutas e resistências” (Trindade, 1994, p. 33). Para a escrita dessa tese foi utilizada como metodologia a realização de observações sistemáticas em três escolas públicas do Rio de Janeiro, discussões em grupos sobre o tema “Racismo e Escola”, aplicação de questionários aos professores e revisão bibliográfica. Como conclusão a tese traz pontos importantes como a constatação de que o ensino está fortemente baseado nos valores culturais europeus, o que torna extremamente difícil atender às características multirraciais de nossa população. Há uma quase total ausência da questão racial nas questões escolares. “É ingenuidade achar que se pode mudar a escola (para melhor, é claro!) sem ... se travar uma luta contra o eurocentrismo, contra o racismo” (Trindade, 1994, p. 140-141). A autora constatou, por meio das respostas dos questionários, uma falta de conhecimento dos professores sobre o patrimônio cultural produzido pela comunidade negra, sobre a ocorrência frequente de atitudes discriminatórias entre os alunos resultando na internalização da inferioridade pelos alunos, impedindo a mobilidade social dos não-brancos. Além disso, destaca a onipresença do racismo, tanto na escola quanto fora dela.

Análise do artigo encontrado no Portal de Periódicos da CAPES

As autoras Ratusniak, Dias e Almeida (2022) em seu artigo intitulado: “A Disciplina de Didática, o Racismo e a Educação para as Relações Étnico-Raciais: Encontros e Reflexões”, têm por objetivo problematizar as leis que determinam a obrigatoriedade de trabalho com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Erer) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN-Erer) nas diversas etapas da educação, inclusive nas licenciaturas. Tem ainda o objetivo de estudar o fracasso escolar das pessoas que são mais afetados por ele. O trabalho é composto por três partes, sendo elas: a problematização do ensino da Erer e os esforços empenhados para esse objetivo por parte das instituições de Ensino Superior, o estudo do fracasso escolar e a que grupo ele atinge essencialmente e os motivos e consequências dessa situação e quais as possibilidades de mudança por meio da formação de professores, e por fim o relato da aluna que realizou as atividades propostas na disciplina em questão e acabou ela mesma se “descobrimo” negra. Como resultado da experiência relatada, as autoras produziram planos de aula que ultrapassaram os muros da graduação, produzindo “contribuições que podem somar, impulsionar e potencializar” a formação de novos professores (Ratusniak, Dias e Almeida, 2022, p. 13)

Análise dos artigos encontrados SciELO Brasil – Scientific Electronic Library Online

No artigo “Percursos e trajetórias: a identidade do diretor de escola negro nas escolas municipais da cidade de São Paulo”, os autores Campos e Ferreira (2022) tiveram como objetivo a investigação da vivência dos diretores de escola negros, em escolas municipais da cidade de São Paulo. Como metodologia para a pesquisa, foi utilizado o método de história oral, com as técnicas de entrevistas e análise dos depoimentos. Nesse processo, os autores constataram a dificuldade diária da criação de um sentimento de pertencimento e autoafirmação desses diretores, que enfrentam o racismo diariamente. Esses diretores relatam a necessidade de muita resistência e resiliência, para que o objetivo de fazer a diferença na vida de seus alunos, não seja perdido. Nessa perspectiva, os atores desse estudo conseguem desenvolver trabalhos relevantes para a comunidade onde atuam. Observando o efeito positivo de políticas públicas, que garantem um maior acesso aos concursos

na cidade de São Paulo, na área de educação, os autores concluem que a atuação dos diretores de escola negros causa um impacto positivo no ambiente em que atuam, ultrapassando os limites do cargo que ocupam e fazendo a diferença na vida de seus alunos, principalmente a respeito do enfrentamento do racismo.

Gil e Antunes (2021), autoras do artigo “Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense”, colocam que as bases formadoras da exclusão sofridas pelo povo negro, dentro das escolas gaúchas provavelmente tem início no período de pós-abolição, com práticas excludentes criadas pelo estado. Para tanto, o objetivo principal desse artigo é compreender como se deram, historicamente, os processos de exclusão educacional além de elucidar as iniciativas de resistência da população negra no Rio Grande do Sul. Uma das premissas levantadas pelas autoras que corroboram essa afirmação é o fato de, em momentos da história foi vedado aos escravizados e aos pretos livres, a presença nos ambientes educacionais. Esses cidadãos não só precisaram enfrentar a exclusão, como também vivenciar cotidianamente situações de preconceito e discriminação. E esse cenário é encontrado ainda hoje pois, mesmo que não seja mais vedado o ingresso nas escolas, o preconceito racial ainda se mostra claramente nas relações sociais e educacionais. O artigo busca compreender as formas de exclusão educacional para além da negação do acesso às escolas rio-grandenses. As autoras constataram que há pouca pesquisa a respeito da presença das crianças negras nas escolas do século XIX. O artigo relata ainda o discorrer da história da implementação de escolas noturnas direcionadas às crianças pobres, em sua grande maioria negros, que precisavam trabalhar durante o dia. Interessante verificar que, nas propagandas da época, os articuladores ou criadores desses estabelecimentos eram tratados como heróis patriotas da sociedade, pois o trabalho desenvolvido por essas crianças era tido como essencial. Por fim, os autores concluem que, apesar de pouco documentada a presença da população negra no Rio Grande do Sul não apenas existe, como compõe uma parte importante do enfrentamento ao racismo.

Em “Jovens negras no Ensino Médio público e privado: leituras interseccionais sobre suas vivências e percepções do racismo”, de autoria de Cintra Weller (2001), as autoras analisam a forma com que o racismo e a discriminação estão interligados na formação das interações sociais tanto dentro quanto fora do

ambiente escolar. Elas chamam a atenção para a situação preocupante em que se configura o atraso educacional e ciclo de desvantagens cumulativas, expressas também pelo preconceito racial dentro das unidades escolares. Esse preconceito, segundo as autoras, reflete no silenciamento da história e cultura negras, inclusive na formação docente dos profissionais. O artigo busca comparar narrativas de jovens negras de diversos contextos sociais. Como metodologia pra essa escrita foi utilizada a pesquisa empírica, por meio de grupos de discussão. A abordagem interseccional foi empregada como uma ferramenta teórica e analítica para entender como os aspectos de raça, gênero e classe influenciaram as vivências de racismo e discriminação no ambiente escolar e além dele. As autoras finalizam o artigo com a constatação de que a discriminação e o racismo têm um impacto negativo nas jovens negras de diferentes classes sociais, assim como em suas relações sociais. Destacam ainda o papel significativo que a educação desempenha nesse processo, ao permitir a reprodução de atitudes racistas através da omissão. Por outro lado, a educação possui potencial transformador por meio de ferramentas educativas que apoiem as práticas antirracistas no contexto escolar.

Por fim, a dissertação de Almeida (2023) se aproxima desta pesquisa no que diz respeito a uma discussão sobre Educação Antirracista e a possibilidade de promover formações docentes baseadas no tema. Essa dissertação tem por objetivo, entre outros, entender como a Educação Antirracista é abordada nos cursos de Pedagogia, identificar como o currículo encara a Educação Antirracista e investigar a percepção dos estudantes sobre as práticas relacionadas à Educação Antirracista ao longo de suas trajetórias acadêmicas. A dissertação foi elaborada por meio de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de coleta de dados mediante um questionário e uma entrevista semiestruturada para aqueles que se voluntariaram em participar. Após catalogação e análise dos dados, a pesquisadora constatou que, os currículos da Educação Básica e do Ensino Superior não incluem a perspectiva da Educação Antirracista, apesar da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. A formação profissional deve incluir conscientização e reflexão sobre o racismo estrutural, visando uma sociedade equitativa. A pesquisa mostrou que a Educação Antirracista é pouco abordada e a maioria dos profissionais não possui formação adequada para atuar nessa perspectiva.

Considerações Finais

A análise dos trabalhos selecionados evidencia que o racismo e suas manifestações continuam presentes na sociedade, especialmente no ambiente escolar, onde reforçam estereótipos, geram comportamentos agressivos e afetam o sentimento de pertencimento dos alunos, contribuindo para o impacto escolar de grupos étnico-raciais específicos. A preocupante situação do atraso educacional e das desvantagens cumulativas também evidenciam o reflexo do preconceito racial nas instituições de ensino, sendo um dos fatores que, contribuem para a fragilização das relações escolares, onde a violência, o desinteresse e o abandono escolar proliferam. O racismo fomenta o silenciamento da história e cultura negras, inclusive na formação docente dos profissionais. É primordial que o processo de formação de docentes se atente para o desenvolvimento tanto de materiais quanto de métodos que preparem os futuros educadores para enfrentar o racismo e promover uma cultura de respeito e tolerância aos diferentes grupos étnicos presentes no ambiente escolar.

Contudo, foi possível também observar que, apontado como o maior avanço das últimas décadas, existe um reconhecimento das manifestações racistas e das situações discriminatórias vivenciadas pelos alunos negros e suas consequências. Houve um grande passo em direção ao reconhecimento dos crimes praticados. Também podemos verificar que houve avanços significativos na promoção de políticas de enfrentamento ao racismo no ambiente escolar, porém esses avanços não se efetivaram em uma abordagem pedagógica multicultural, um dos caminhos apontados para a criação de um ambiente antirracista.

Portanto, entender e enfrentar esses desafios requer uma abordagem que não apenas reconheça as condições históricas e sociais que fundamentam o racismo, mas também promova políticas públicas e práticas educacionais que busquem a equidade racial e a inclusão. Isso envolve não apenas mudanças estruturais nas escolas e currículos, mas também um compromisso contínuo com a formação de professores, o fortalecimento das identidades positivas dos alunos negros e a promoção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo para todos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Fabiana Alves de. Educação antirracista na formação inicial de docentes: uma proposta de conscientização. Dissertação (mestrado) – **Universidade de Taubaté**, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, 2023.

BRASIL, Lei 12.288/10. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, DF: Presidência da República, 2010 Brasil.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasil.

CAMPOS, Douglas Aparecido de; FERREIRA, Maria Angélica Chagas. Percursos e trajetórias: a identidade do diretor de escola negro nas escolas municipais da cidade de São Paulo. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, p. 1069-1088, 2022.

CARVALHO, Daniela Melo da Silva; FRANÇA, Dalila Xavier de. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Revista Educação & Formação**, v. 4, n. 3, p. 148-168, 2019.

CARVALHO, Maria Aparecida Alves Sobreira; XIMENES, Verônica Moraes. Dimensões dos preconceitos e estigmas na Educação: uma revisão sistemática. **Educação**, v. 45, n. 1, 2022.

CINTRA, Éllen Daiane; WELLER, Wivian. Jovens negras no Ensino Médio público e privado: leituras interseccionais sobre suas vivências e percepções do racismo. **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

DOS SANTOS, Caio Araújo; PEREIRA, Cláudio Alves; DA COSTA, Livia Alessandra Fialho. A racialização do fracasso escolar na educação básica brasileira: revisão bibliográfica (2010-2020). **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n.7, p.e4011729604-e4011729604, 2022.

DOS SANTOS, Joana; DE FRANÇA, Dalila Xavier. Intervenções para redução do preconceito racial na escola: uma revisão sistemática. **Revista Conexões de Saberes**, v. 5, n. 1, p. 8-27, 2021.

FERREIRA, Elenice Silva. História da educação, relações étnico-raciais e formação continuada de professores: **Desafios e possibilidades**. **Acta Historia Educere**, v. 1, n. 03, 2022.

GARCIA, Renísia Cristina. Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação. brasileira: 1993-2005 / Renísia Cristina Garcia. – Brasília : **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, 2007.

GIL, Natália de Lacerda; ANTUNES, Cláudia Pereira. Formas de exclusão e de presença da população negra na história da escola sul-rio-grandense. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, 2021.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. BRASIL. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal, n. 10.639/03, 2019.

RATUSNIAK, Célia; DIAS, Lucimar Rosa; ALMEIDA, Ranna Emanuelle. A disciplina de didática, o racismo e a educação para as relações étnico-raciais: encontros e reflexões. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 8, 2022.

SILVA, Luzinete Santos da. História e historiografia dos Saberes Subalternos: Análise Introdutória dos Avanços e Desafios Vivenciados pela População Negra em Diferentes Contextos e temporalidades. **Revista Outras Fontes**, v. 9, n. 2, 2022. História Pública: Desafios Contemporâneos. ISSN: 2318-5503.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. **Educar em Revista**, v. 34, p. 123-150, 2018.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. O racismo no cotidiano escolar. 1994. Tese de Doutorado. **Fundação Getúlio Vargas**. Instituto de Estudos Avançados em Educação Departamento de Psicologia da Educação. Rio de Janeiro. 1994

VIEIRA, Suelaine de Souza Leite; SOUZA, Eliane Leite de; FERRARI, Carlos Kusano Bucalen. Relações étnico-raciais na Educação e na Escola: uma revisão. **Revista Parajás**, v. 2, n. 2, p. 182-196, 2022.